

Líderes procuram "alternativa política"

Parlamentares se reúnem hoje para preparar uma proposta contemporizadora que consiga superar a crise institucional e leve à negociação presidentes da República, do Supremo, do Senado e da Câmara

JOSÉ CASADO

Uma reunião de emergência foi convocada para esta manhã, no Congresso. Líderes de diferentes partidos pretendem conseguir aquilo que, na visão de muitos, parece inviável: levar o Legislativo, através do Senado, a vetar o aumento real de 10% na sua folha de salários, e oferecer uma "alternativa política" para um recuo do Judiciário, no confronto com o Executivo.

Duas dezenas de parlamentares estão envolvidos nessa tentativa de levar à negociação os presidentes da República, Itamar Franco, do Supremo Tribunal Federal, Octávio Gallotti, do Senado, Humberto Lucena, e da Câmara, Inocêncio Oliveira. O consenso, entre esses deputados e senadores, é o de que o País foi lançado numa crise institucional por motivos banais, no sentido de que se trata de um problema administrativo (aumento de gastos com salários).

Na análise desses líderes, a crise decorre da absoluta falta de interlocutor no governo para negociar com o Legislativo e o Judiciário, papel que por tradição cabe ao ministro da Justiça.

Mas, principalmente, tem origem na "irresponsabilidade política" demonstrada pelos quatro homens que lideram os três Poderes. O diagnóstico comum é o de que Itamar, Gallotti, Lucena e Inocêncio agem como se estivessem "ateando gasolina em um incêndio", por suas sucessivas declarações e omissões.

Como na cúpula dos três Poderes ninguém negocia nada — e muito menos demonstra disposição para tanto —, esses líderes partidários resolveram tentar a construção de uma alternativa: depois da reunião com eles, de manhã, Inocêncio e Lucena irão ao meio-dia ao gabinete do ministro Octávio Gallotti com uma proposta contemporizadora — que ontem à noite ainda não existia.

Gallotti, à noite, preocupou-se em desmentir boatos de que iria alertar pa-

ra o risco de o presidente da República vir a ser enquadrado em crime de responsabilidade. Mas, ao mesmo tempo, indicou em entrevista à colunista Cristiana Lôbo sua disposição de não dar "o primeiro passo" para uma conciliação, ressaltando sua impotência em prever um desfecho para a crise.

Estado — O senhor acha que o presidente Itamar é passível de enquadramento por crime de responsabilidade?

Octávio Gallotti — Jamais disse isso, é a mais absoluta e completa falsidade me atribuir isso.

Estado — Mas acha a tese válida?

Gallotti — Eu jamais pronunciei isso. Tenho dito que não devemos acirrar os ânimos. Isso só pode ser coisa de quem deseja acirrar mais ainda os ânimos, que

já estão altos. Eu não me pronunciei sobre isso.

Estado — Como o senhor acha que pode acabar esse assunto?

Gallotti — Como vai acabar,

não sei, não posso adivinhar o futuro.

Estado — O senhor tomará a iniciativa de propor uma solução conciliatória ao Executivo, enviando um emissário para tratar do assunto politicamente?

Gallotti — De forma alguma. Não me cabe tomar qualquer iniciativa. Estou cumprindo a Constituição e isso é o que me cabe.

A ponderação que estão fazendo os líderes partidários interessados numa negociação de emergência entre os chefes dos três Poderes é no sentido de que o pior dos cenários, nas próximas horas, será o Judiciário manter sua decisão de aumentar em 10% reais sua folha de salários, não ter força para cumprir sua própria decisão e, principalmente, não ter apoio da população.

Acrescentam o fato de que essa crise está demonstrando que numa situação de ingovernabilidade qualquer coisa é pretexto para transformá-la em crise institucional. E cada vez mais com a participação — por vezes a iniciativa — dos chefes das Forças Armadas.

TENDÊNCIA NO SENADO

Como os senadores prometem votar em relação ao aumento de seus salários



Contra o aumento

PDT

Darcy Ribeiro (RJ)
Lavoisier Maia (RN)
Magno Bacelar (MA)
Nélson Wedekin (SC)

PFL

Carlos Patrocínio (TO)
Dario Pereira (RN)
Guilherme Palmeira (AL)
Henrique Almeida (AP)
Hydekel Freitas (RJ)
Jônice Tristão (ES)
Lourival Baptista (SE)
Marco Maciel (PE)
Odacir Soares (RO)
Raimundo Lira (PB)

PMDB

Aluizio Bezerra (AC)
Cid Sabóia de Carvalho (CE)
Flaviano Melo (AC)
Garibaldi Alves Filho (RN)
Gerson Camata (ES)
João Calmon (ES)
José Fogaça (RS)
José Sarney (AP)
Mansueto de Lavour (PE)
Márcio Lacerda (MT)
Mauro Benevides (CE)
Nabor Júnior (AC)
Onofre Quinan (GO)
Pedro Simon (RS)
Ronaldo Aragão (RO)
Ronan Tito (MG)

PMN

Francisco Rollemberg (SE)

PP

Irapuan Costa Júnior (GO)
João Franca (RR)
Meira Filho (DF)
Nélson Carneiro (RJ)
Pedro Teixeira (DF)

PPR

Carlos De Carli (AM)
Esperidião Amin (SC)
Louremberg N. Rocha (MT)

PRN

Júnia Marise (MG)
Ney Maranhão (PE)
Saldanha Derzi (MS)

PSB

José Paulo Bisol (RS)

PSDB

Albano Franco (SE)
Almir Gabriel (PA)
Reginaldo Duarte (CE)
Chagas Rodrigues (PI)
Dirceu Carneiro (SC)
Eva Blay (SP)
José Richa (PR)
Jutahy Magalhães (BA)
Mário Covas (SP)
Teotônio Vilela Fº (AL)

PT

Eduardo Suplicy (SP)

PTB

Jonas Pinheiro (AP)
José Eduardo A. Vieira (PR)
Marluce Pinto (RR)
Valmir Campelo (DF)



Não se pronunciaram

PFL

Josaphat Marinho (BA)

PMDB

Alfredo Campos (MG)



Indecisos

PMDB

Iram Saraiva (GO)

PRN

Aureo Mello (AM)

Não foram encontrados os senadores: PFL - Alexandre Costa (MA), Hugo Napoleão (PI), João Rocha (TO), Júlio Campos (MT); PMDB - Amir Lando (RO), Antônio Mariz (PB), César Dias (RR), Coutinho Jorge (PA), Divaldo Sivuygy (AL), Gilberto Miranda (AM), Humberto Lucena (PB), Ruy Bacelar (BA), Wilson Martins (MS); PPR - Afonso Camargo (PI), Epitácio Carneiro (MA), Jarbas Passarinho (PA), Levy Dias (MS), Lucílio Parreira (PI), Moisés Abrão (TO).